

Enfoque Econômico é uma publicação do IPECE que tem por objetivo fornecer informações de forma imediata sobre políticas econômicas, estudos e pesquisas de interesse da população cearense. Por esse instrumento informativo o IPECE espera contribuir para a disseminação, de forma objetiva, do conhecimento sobre temas relevantes para o desenvolvimento econômico do Estado do Ceará.

Cresce a desigualdade de renda no Ceará, rendimento dos mais pobres cai e ricos concentraram mais renda entre 2012 e 2018.

1. Introdução

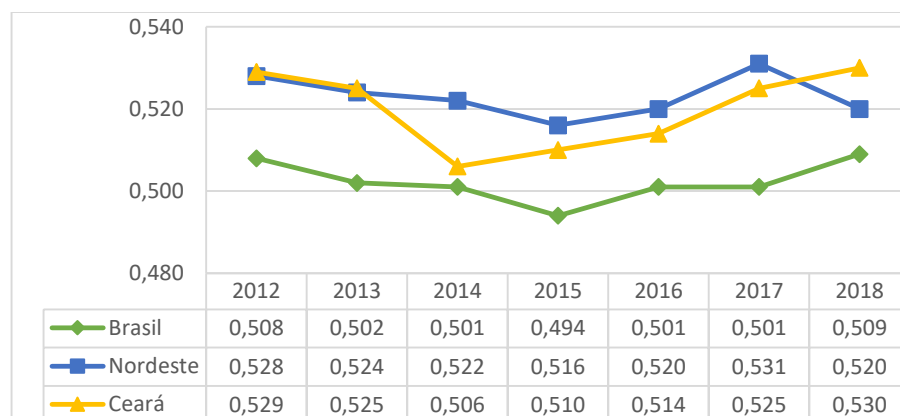
Neste Enfoque apresenta-se a evolução dos indicadores de desigualdade e concentração de rendimentos relativo ao período de 2012 a 2018 para o estado do Ceará. Para medir a desigualdade, utiliza-se o Índice de Gini¹ que é um instrumento usualmente utilizado para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo.

Para corrigir problemas relacionados a *outliers* na variável de rendimentos, o IBGE realizou uma revisão em todas as bases de dados da PNAD-Contínua divulgadas anteriormente², o que resultou em mudanças nos indicadores divulgados até então, como o Índice de Gini e os rendimentos médios da população, por exemplo. Portanto, é importante considerar essas alterações metodológicas ao fazer comparações com dados divulgados anteriormente, muitos dos indicadores calculados com base na PNAD-Contínua em estudos do IPECE foram recalculados e apresentaram resultados diferentes do que já foi divulgado.

2. Desigualdade de rendimentos do trabalho

O Gráfico 1 expõe o cenário da desigualdade do rendimento médio mensal real de todos os trabalhos para a população de 14 anos ou mais ocupada para o estado do Ceará, na região Nordeste e no Brasil, nos anos de 2012 a 2018. Para o Ceará, destaca-se que entre 2012 e 2014 a desigualdade do rendimento médio real de todos os trabalhos apresentou uma tendência de redução, mas volta a crescer a partir de 2015, alcançando um Índice de Gini de 0,530 no último ano, superior ao Nordeste (0,520) e o Brasil (0,509).

Gráfico 1: Índice de Gini do rendimento médio mensal real das pessoas de 14 anos ou mais de idade em todos os trabalhos, BR, NE e CE – 2012 a 2018



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2018. Elaboração IPECE.

¹ O índice de Gini mede o grau de desigualdade na distribuição de renda. Seu valor pode variar teoricamente desde 0, quando não há desigualdade (as rendas de todos os indivíduos têm o mesmo valor), até 1, quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade e a renda de todos os outros indivíduos é nula).

² Mais informações em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17270-pnad-continua.html?=&t=notas-tecnicas> - Nota técnica (jul./2019)

Outra maneira de verificar alterações na desigualdade é analisar os diferenciais de rendimento pelos *decis* das classes de rendimento. A Tabela 1 apresenta o rendimento médio mensal real de todos os trabalhos, segundo as classes de percentual das pessoas, em ordem crescente de rendimentos para o estado do Ceará nos anos de 2012 a 2018. Por meio desse indicador, identificou-se que as classes compostas por até os 40% com menores rendimentos do trabalho, foram os que mais perderam no período, apresentando variações negativas. Entre 2012 e 2015 observa-se um crescimento no rendimento médio desses trabalhadores, mas nos anos seguintes há um decréscimo da renda. Vale ressaltar que em 2015, o Brasil sofreu uma profunda recessão econômica.

Os trabalhadores que se encontravam na classe de rendimentos “Mais de 10% até 20%” no Ceará foram os que mais perderam no período, em 2012 o rendimento médio desses trabalhadores era de R\$ 307, caindo pra R\$ 289, em 2018, uma redução de aproximadamente, (-5,9%). Por outro lado, aqueles classificados na classe de “Mais de 40% a 50%” em diante, tiveram ganhos positivos em seus rendimentos (exceto a classe “Mais de 95% até 99%”). Os trabalhadores da classe de “Mais de 40% até 50%” foram os que tiveram o maior ganho no período de 2012 a 2018 (5,3%).

O rendimento médio do 1% dos trabalhadores mais ricos subiu de R\$ 19.797, em 2012, para R\$ 20.528, em 2018, um ganho de 3,7%. Comparativamente, em 2018, este grupo recebiam, em média, 39 vezes a renda dos 50% que recebiam menos no Estado, cujo rendimento médio mensal estava em torno de R\$ 524. Por sua vez, a faixa dos com menor rendimentos (até 10%), era de apenas R\$ 115 ao mês.

Tabela 1: Rendimento médio mensal real de todos os trabalhos, segundo as classes de percentual das pessoas, em ordem crescente de rendimento (R\$) – Ceará.

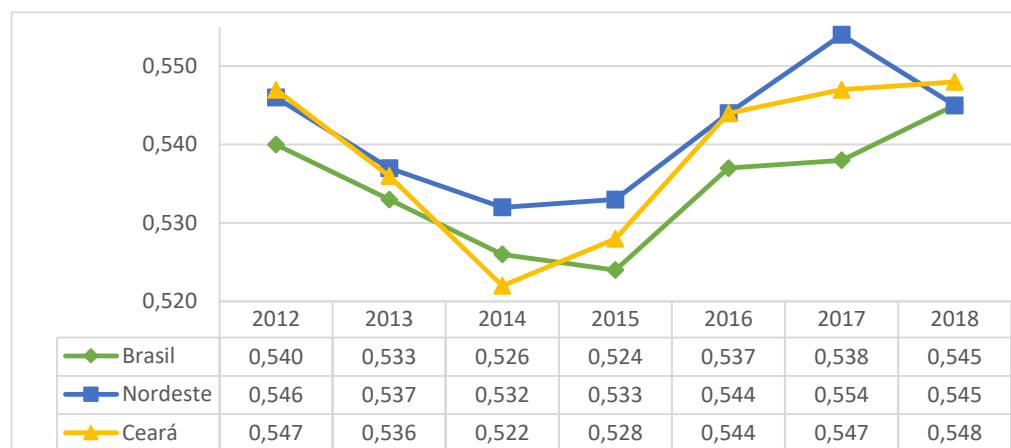
Sub.classes	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Var. (2018/2012)
Até 10%	114	123	132	146	140	133	115	0,9%
Mais de 10% até 20%	307	322	341	349	327	325	289	-5,9%
Mais de 20% até 30%	506	520	561	555	530	531	489	-3,4%
Mais de 30% até 40%	783	805	855	843	821	824	780	-0,4%
Mais de 40% até 50%	901	920	925	927	928	958	949	5,3%
Mais de 50% até 60%	926	937	944	958	956	975	972	5,0%
Mais de 60% até 70%	1.062	1.056	1.069	1.105	1.053	1.100	1.103	3,9%
Mais de 70% até 80%	1.358	1.365	1.374	1.449	1.367	1.435	1.419	4,5%
Mais de 80% até 90%	2.036	2.077	2.015	2.122	2.016	2.210	2.117	4,0%
Mais de 90% até 95%	3.326	3.429	3.237	3.386	3.314	3.596	3.445	3,6%
Mais de 95% até 99%	6.586	6.768	6.199	6.721	6.322	6.880	6.371	-3,3%
Mais de 99% até 100%	19.797	18.980	19.113	18.086	19.412	19.601	20.528	3,7%

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Elaboração IPECE.

3. Desigualdade de rendimentos domiciliar *per capita*

O Gráfico 2 apresenta a evolução da desigualdade do rendimento domiciliar *per capita* médio mensal para o Ceará, Nordeste e o Brasil no período de 2012 a 2018. Observa-se, inicialmente, que de 2012 a 2014 houve uma redução do índice no Estado, saindo de 0,547 para 0,522, tendência semelhante ao Nordeste e o Brasil. Sendo que neste ano, o Estado apresentou um Índice de Gini menor que a região do Nordeste (0,532) e o Brasil (0,526). Entretanto, entre 2015 a 2018 o Ceará apresentou crescimento nos níveis de desigualdades, aumentando para 0,528, em 2015, chegando a 0,548 em 2018, valores superior ao Brasil e o Nordeste (0,545).

Gráfico 2: Índice de Gini da renda domiciliar per capita – Brasil, Nordeste e Ceará – 2012 a 2018.



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2018. Elaboração IPECE.

Do mesmo modo, analisando os diferenciais de rendimento pelos *decis* das classes de rendimento mensal real domiciliar *per capita*, observa-se que todas as classes melhoraram no período (2012-2018), (exceto, os 10% mais pobres), a maior variação foi para a classe de 1% mais ricos, que apresentou variação de 23,8%, como pode ser observado na Tabela 2.

Na classe com menor rendimento domiciliar *per capita*, houve uma redução de (-4,2%) entre 2012 e 2018. E no período entre 2017 e 2018, apenas as classes dos 10% mais pobres e o 1% mais rico (Mais de 99% até 100%) variaram negativamente (Tabela 2). Ainda pelos dados apresentados, é possível observar que 50% da população mais pobre do Ceará, vivia, em 2018, com renda domiciliar *per capita* de apenas R\$ 455 reais mensais, ou seja, menos de meio salário mínimo. E aqueles em situação de miséria, os 10% mais pobres, vivem com apenas R\$ 69 reais mensais.

Tabela 2: Rendimento médio mensal real domiciliar *per capita*, a preços médios do último ano, segundo as classes de percentual das pessoas em ordem crescente de rendimento (R\$) – Ceará

Sub.classe	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Var. (2018/2012)	Var. (2018/2017)
Até 10%	72	77	84	80	67	70	69	-4,2%	-1,4%
Mais de 10% até 20%	165	170	194	188	168	174	175	6,1%	0,6%
Mais de 20% até 30%	243	252	276	273	257	264	270	11,1%	2,3%
Mais de 30% até 40%	317	334	355	352	334	349	351	10,7%	0,6%
Mais de 40% até 50%	403	438	452	445	429	445	455	12,9%	2,2%
Mais de 50% até 60%	503	543	558	555	531	548	567	12,7%	3,5%
Mais de 60% até 70%	639	675	686	692	667	689	706	10,5%	2,5%
Mais de 70% até 80%	836	883	889	901	868	900	918	9,8%	2,0%
Mais de 80% até 90%	1.146	1.161	1.158	1.221	1.126	1.210	1.234	7,7%	2,0%
Mais de 90% até 95%	1.908	1.833	1.799	1.967	1.846	1.911	1.980	3,8%	3,6%
Mais de 95% até 99%	3.743	3.600	3.617	3.779	3.690	3.727	3.913	4,5%	5,0%
Mais de 99% até 100%	9.463	10.275	10.108	9.191	10.882	11.875	11.717	23,8%	-1,3%

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Elaboração IPECE.

A Tabela 3 apresenta a Massa do rendimento mensal real domiciliar *per capita*, segundo as classes de rendimentos. Um olhar sobre a taxa de variação no período, observa-se uma perda da massa de rendimentos da população mais pobre, com rendimentos domiciliar *per capita* de até 10% (-1,6%) e um ganho, relativamente alto, se comparado as demais classes, do 1% mais rico (29%) entre 2012 e 2018.

Nota-se, também, que a massa dos 20% com menores rendimentos cresce até 2014, mas passa a cair a partir de 2015 (ano da recessão econômica no país), apresentando uma pequena variação positiva apenas nos dois últimos anos analisados. Nas demais subclasses, apesar das quedas em 2016, a recuperação é mais rápida, sobretudo para os 10% mais ricos.

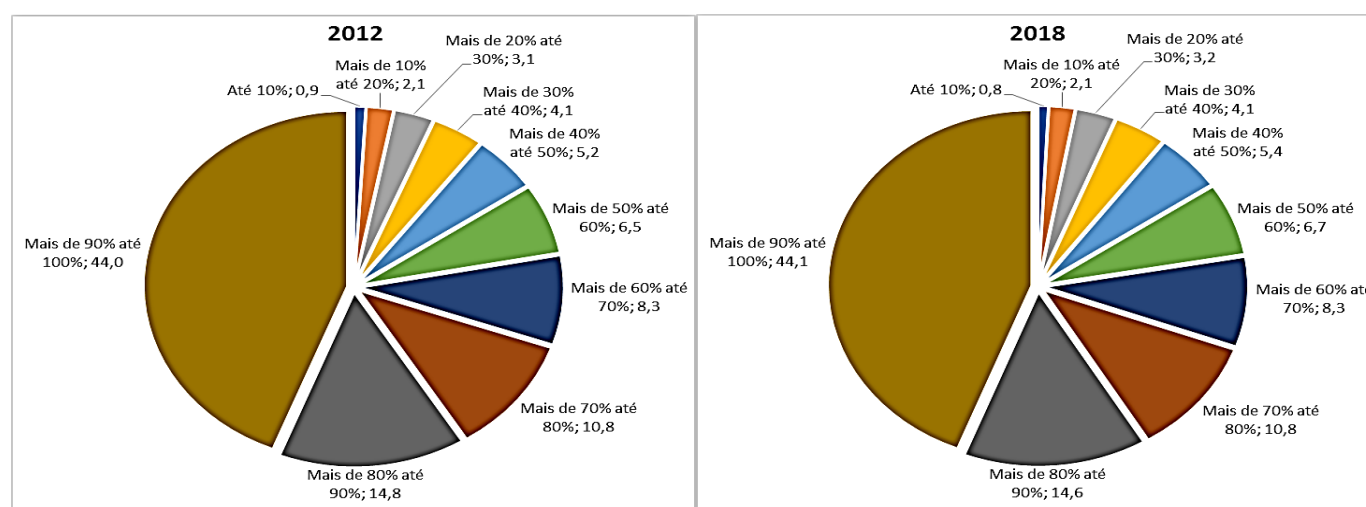
Tabela 3: Massa do rendimento mensal real domiciliar *per capita*, a preços médios do último ano, segundo classe de percentual das pessoas com rendimento domiciliar *per capita* em ordem crescente (em R\$ 1 000 000).

Sub.classe	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Var. (2018/2012)	Var. (2018/2017)
Até 10%	63	67	74	71	60	63	62	-1,6%	-1,6%
Mais de 10% até 20%	144	150	171	167	151	157	158	9,7%	0,6%
Mais de 20% até 30%	212	221	244	243	230	238	244	15,1%	2,5%
Mais de 30% até 40%	277	293	314	313	299	314	318	14,8%	1,3%
Mais de 40% até 50%	351	385	399	395	384	401	412	17,4%	2,7%
Mais de 50% até 60%	438	477	492	493	475	494	514	17,4%	4,0%
Mais de 60% até 70%	557	593	605	615	597	621	639	14,7%	2,9%
Mais de 70% até 80%	729	775	785	801	777	811	832	14,1%	2,6%
Mais de 80% até 90%	999	1.020	1.022	1.085	1.007	1.081	1.118	11,9%	3,4%
Mais de 90% até 100%	2.966	2.975	2.968	3.040	3.124	3.303	3.386	14,2%	2,5%
Mais de 90% até 95%	831	805	793	874	826	876	898	8,1%	2,5%
Mais de 95% até 99%	1.304	1.265	1.276	1.342	1.321	1.338	1.416	8,6%	5,8%
Mais de 99% até 100%	831	906	899	824	977	1.090	1.072	29,0%	-1,7%

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Elaboração IPECE.

Na participação percentual das classes na composição da Massa Total, observa-se que a parcela dos 10% da população com os menores rendimentos detinham apenas 0,9%, em 2012 e 0,8%, em 2018 da massa total, enquanto que os 10% com os maiores rendimentos concentravam 44,0%, em 2012 e 44,1%, em 2018, mostrando que os pobres ficaram um pouco mais pobres e os ricos ainda mais ricos no período analisado.

Gráfico 3: Distribuição da massa de rendimentos mensal real domiciliar *per capita*, segundo classe de percentual das pessoas com rendimento domiciliar *per capita* em ordem crescente (%).



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2017. Elaboração IPECE.

4. Considerações Finais

Mesmo com a retomada do crescimento econômico e o controle da inflação, após a recessão econômica sofrida pelo Brasil em 2014/2015, estes fatores não foram suficientes para a redução da desigualdade de renda no Ceará. Em parte, o aumento do Índice de Gini, a partir de 2015, se deve a perda de rendimento médio real dos trabalhadores com menor renda e, por outro lado, um aumento na parte superior da distribuição (dos que ganhavam mais). Ou seja, a crise no mercado de trabalho, afetou especialmente os trabalhadores cearenses com menor remuneração. Os dados mostram que os 40% com menor rendimentos do trabalho, foram os que mais perderam entre 2012 e 2018.

A concentração de rendimento domiciliar *per capita* também mostra uma perda dos mais pobres. Elevando o Índice de Gini de 0,547 para 0,548 entre 2012 e 2018 e, exibindo um índice superior ao Nordeste e o Brasil no último ano analisado. Observou-se que este efeito foi provocado principalmente pela redução das rendas dos 10% mais pobres (-4,2%) e pelo aumento dos rendimentos dos indivíduos que detinham o 1% dos maiores rendimentos (23,8%).

A concentração da massa de rendimentos mensais domiciliar *per capita* no Ceará é relativamente significativa, pois, somente a população com os maiores rendimentos detinham mais de 44% da massa. Enquanto que os 10% com menor rendimento possuíam apenas 0,8% da massa em 2018.

Governador do Estado do Ceará

Camilo Sobreira de Santana

Vice-Governadora do Estado do Ceará

Maria Izolda Cella de Arruda Coelho

Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG

José Flávio Barbosa Jucá de Araújo – Secretário (respondendo)

José Flávio Barbosa Jucá de Araújo – Secretário Executivo de Gestão

Flávio Ataliba Flexa Daltro Barreto – Secretário Executivo de Planejamento e Orçamento

Ronaldo Lima Moreira Borges – Secretário Executivo de Planejamento e Gestão Interna

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE

Diretor Geral

João Mário Santos de França

Diretoria de Estudos Econômicos – DIEC

Adriano Sarquis Bezerra de Menezes

Diretoria de Estudos Sociais – DISOC

Ricardo Antônio de Castro Pereira

Diretoria de Estudos de Gestão Pública – DIGEP

Marília Rodrigues Firmiano

Gerência de Estatística, Geografia e Informação – GEGIN

Rafaela Martins Leite Monteiro

ENFOQUE ECONÔMICO – Nº 212 – Novembro/2019

DIRETORIA RESPONSÁVEL:

Diretoria de Estudos Sociais – DISOC

Título: Evolução da Desigualdade de rendimentos no Ceará entre 2012 e 2018

Elaboração:

Luciana de Oliveira Rodrigues (Assessora Técnica)